

ECOS DO V CENTENÁRIO DA DESCOBERTA DA AMÉRICA

Maria Guadalupe PEDRERO-SÁNCHEZ

De uma ou de outra forma, os ecos do V Centenário da descoberta da América chegaram até nos. A mobilização de recursos com fins políticos ou propagandísticos, as tentativas de apropriação desse acontecimento histórico para ser reinterpretado a serviço de objetivos diversos e até contrários, têm a mesma origem. O evento é referencial onde se apoia o conceito de expansão da "cultura ocidental", com todas as críticas e autocríticas que isso desperta, inclusive com o intuito de não perder a primazia na perspectiva de um progresso universal a ser atingido.

É também, ponto de partida para resgatar aspectos das chamadas "culturas autóctones" situadas como vítimas perdedoras no confronto. O patamar para ambas apreciações situa-se em 1492.

O tema pois do V Centenário apresenta-se de um lado do Atlântico, como motivo de congressos, exposições e reuniões internacionais de todo tipo. Do outro lado, revitalizando equacionamentos novos em busca das "raízes da América", ou na procura de saídas para os "500 anos de exploração" ou ainda levantando questionamentos como: a conquista da América, com que direito?.

Em ambos os posicionamentos existe o perigo de passar pelo evento com o afã celebrativo, seja pela autocomplacência das tarefas culturais realizadas, seja pelo desencargo de consciência por ter discordado ou protestado. Ambas as atitudes parecem-me reducionistas e a longo prazo inúteis.

1992 recolhe o tema como uma fantástica caixa de ressonância. De tal maneira que na hora de decifrar a multiplicidade das mensagens recebidas, sente-se a angústia de estar condenado a ser parcial. Que pista seguir quando uma opção leva a deixar de lado outras que com igual força e intensidade chegam até nós?.

Existe um eixo central: a Descoberta da América. Porém, já a aceitação deste título introduz na polêmica. Descobrimento?. Encontro de dois mundos?. Choque de civilizações?. Aniquilamento de culturas autóctones por uma cultura dominante?. O que não falta é papel e tinta na hora de analisar cada um desses conceitos.

À denominação anterior une-se a busca de sentido e motivação para fazer memória. Celebração?. Comemoração?. Lembrança heróica ou trágica?. Alegria eufórica ou grito de protesto e pranto?. Esbanjamento de festa ou discreta aplicação de recursos?. Exaltação ou arrependimento?.

Renuncio a seguir os fios que sugerem todas essas interrogações. Convido apenas a debruçar-se sobre a janela da história, que não é elucubração do que poderia ter sido, nem do que gostaríamos que fosse, mas resultado do que foi, porque a herança do presente está irreversivelmente vinculada ao passado.

Nesse sentido, faz 500 anos um acontecimento marcou a história do novo planeta Terra: foi a incorporação do continente americano ao sistema do ocidente europeu; foi também, a hora de desvelar o mistério do "mar tenebroso" e o desmoronamento das fantasias medievais sobre o universo mundo.

Desta maneira pode-se falar de descobrimento já que descobrir não significa inventar, mas incorporar a um sistema conhecido de forma explícita o que de por si já existe. É claro que essa é a perspectiva lógica de quem descobre ou chega.

Em todo caso, a descoberta da América foi um acontecimento histórico real, positivo, que concerne a toda a humanidade. Novos cenários geográficos incorporam-se para serem percorridos e explorados pelos homens. Mas sobretudo, diante da surpresa do encontrado que ultrapassa o projeto inicial surge a necessidade de retomar o conceito mesmo de humanidade que terá de incorporar o sentido de alteridade. Com que ritmo e a que preço, é outra questão.

Buscava-se o contato com civilizações, mais ou menos conhecidas, que podiam ser úteis para incrementar a riqueza e, através dela, o poder. Encontra-se algo novo, inusitado, ameaçador em princípio, fabuloso e fantástico por incontrolável, desequilibrador de uma ordem racionalmente pensada pela Europa da Renascença.

A partir dessa perspectiva global, o fato de que fossem espanhóis ou portugueses os protagonistas fica diluído. Foram efetivamente os países ibéricos os que acusaram o impacto, os pioneiros que tiveram que

improvisar novas fórmulas. Mas é claro, também, que nem a Espanha nem Portugal foram os principais beneficiários, a longo prazo, das riquezas procuradas e encontradas. Isso porque tiveram que elucidar questões teóricas de direito: legitimidade da posse; reconhecimento do índio como indivíduo e sujeito de direitos; questões de comportamento, de ética em suma, às quais acrescentava-se a necessidade de proteger essas terras da cobiça e ambição gerais.

Juristas e teólogos (Sepulveda, Las Casas, Vitória) afanam-se igualmente, na busca de soluções. A Universidade de Salamanca converte-se em centro do debate ao longo do século XVI e é precisamente no aspecto jurídico onde pode ser encontrada uma das contribuições da Espanha ao direito internacional. Não existe homogeneidade na apreciação dos acontecimentos, e, por outro lado, a dissociação entre teoria e prática não favoreceu o processo.

O tema da evangelização como justificativa fundamental une-se indissolúvelmente ao de colonização. Não podia ser de outra maneira dado o contexto da época. Mas a Europa que encontra a América no século XV vive a crise do conceito de Cristandade medieval e assiste pouco depois à ruptura da unidade cristã e católica, que ao fragmentar-se acrescenta elementos de complexidade e polêmica. Os séculos XVI e XVII semeiam a história européia de guerras de religião e o fato de que a península Ibérica se torne bastião do catolicismo não é indiferente para o desenvolvimento posterior da história americana.

Parar e escutar os ecos do V Centenário, abre múltiplos caminhos e sugere multidão de temas. Devem ser escutados sem preconceitos, com abertura de espírito e sentido realista para encontrar neles, a nossa tarefa de presente. A história não pode nem deve dedicar-se a emitir juízos de valor, mas deve tratar de compreender o passado cujos acontecimentos não pode mudar, embora coloque em nossas mãos a possibilidade de marcar novos rumos.

É nesse sentido que o fazer memória, lembrando, comemorando e inclusive celebrando o V Centenário da Descoberta da América pode dar frutos positivos. O convite a analisar os acontecimentos que pautaram o processo e o debate sobre o mesmo podem ajudar-nos a compreender melhor a realidade desde todas as perspectivas e posições. Fazer memória, refletir sobre os últimos 500 anos da nossa história, tanto para a Espanha como para a América, não pode limitar-se a um exercício de catarse, é um dever de presente.

A iniciativa de fomentar o debate partiu prioritariamente da Espanha. No discurso do rei João Carlos diante dos embaixadores iberoamericanos (México, 1991) convocando seus países para a "cumbre

política" de 1992, utilizavam-se termos tais como "cooperação", "futuro comum", "tomada de consciência do passado", "comunidade fraterna e solidária", sublinhando o aspecto de "encontro" apropriado para os que pretendem rever a Conquista da América em clave pacifista.

A renovada monarquia espanhola quer se apresentar assumindo um novo papel, superando o absentéismo prático que tradicionalmente vinha escudando-se num abstrato humanismo "de iure" nestes tempos do ressurgir democrático latinoamericano, através de uma cuidada política de aproximação respeitosa, discreta presença física e reticente exemplaridade.

Tanto nos discursos americanos do rei da Espanha quanto nos comentários elogiosos que deles se faz de um lado e do outro do Atlântico, misturam-se cálidas invocações de fraternidade e ofertas de mecenatos apenas sugeridos, projetos igualitários de futuro e veladas insinuações sobre laços atávicos e prestígios simbólicos que agora podem encontrar o seu momento de ressurreição.

Até que ponto esse caminho será suficiente e eficaz para reverter ou dinamizar o que Alberto Cardin chama o "déficit simbólico de América"?. Para esse antropólogo existem duas questões de fundo que nunca se formulam:

1ª. Que a independência das colônias americanas

(principalmente as hispânicas) não logrou consolidar uma autonomia simbólica (o trauma do nascimento segue vivo e requer uma sutura simbólica ainda possível).

2ª. Que a Espanha saiu do seu secular marasmo, tem se reconstruído institucional e simbolicamente e é capaz de ofertar essa sutura simbólica em condições democráticas, o qual implica relações de intercâmbio simétrico com o risco de permanecer a dissimetria fundamental se os significados políticos e culturais continuam radicando na velha, embora renovada Espanha.¹

Haveria que explicitar essas premissas para que as conclusões tivessem credibilidade e permanência.

É claro também que a oferta de mediação e sutura desse verdadeiro "desencontro" e incompreensão latente, projeta-se sobre um certo "stablishment" político, apoiado na oferta do exemplar modelo de transição democrática, de supostas mediações com a Europa e de todo tipo de ajudas econômicas e técnicas (recente viagem de Felipe Gonzalez a

(1) Alberto Cardin, em "El Mundo". Madrid, 27 de Enero, 1992

Bolívia). Sem esquecer a busca de apoio nos intelectuais que reforçariam o valor simbólico de referência comum. (Encontro celebrado em Guadalupe-Espanha- com representantes de universidades americanas, no mês de Maio, 1992).

Neste último aspecto a cooptação dos intelectuais tem se manifestado não com menos força entre os de ultramar, que viram ou encontraram nos prêmios oferecidos pela Espanha o ressurgir de uma saudosa "cortesania" participando dos encontros e congressos, das contínuas viagens de cá para lá e das muitas premiações, privilégios e sinecuras que a nova hispanidade poderá sem dúvida oferecer.

Até que ponto essa atitude não guarda semelhança com a do "criollismo", para mim um dos mais fortes entraves para o ressurgir da identidade americana?.

O problema pode permanecer enquanto os fogos de artifício das celebrações, oficiais e de contestação, não sejam substituídos por uma análise crítica e pormenorizada, tanto das características da cultura espanhola na sua peculiaridade do passado (séculos XVI e XVII), quanto na sua projeção americana do passado e do presente. Não se trata tanto das "raízes" que sofreram um enxerto desejado ou não, quanto da identidade autônoma e realista do que é a América hoje.

Não assumindo essa realidade e caminhando nessa direção, será difícil ultrapassar a esfera dos bons desejos ou da catarse.

O jornalista e historiador argentino Ricardo Herran denunciava num debate organizado pela televisão espanhola, a necessidade de ir criando, de construir uma visão adulta que assuma a realidade, fatos e conseqüências, tão negativas para a América como para a Espanha. Ele situava o desafio principal em três direções: a necessidade de conhecer-nos, não desprezar-nos, comunicar-nos.